

NÃO PINTCHA

ORGAO DO MINISTERIO DE INFORMACAO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

FOSFATO: EM SALQUENHE HÁ 35 MILHÕES DE TONELADAS

Na Guiné-Bissau há jazigos de fosfato, e em quantidade notável. Os jazigos estão localizados em Farim, com maior concentração na tabanca de Salquenhe, num total calculado em 35 milhões de toneladas, capazes de serem exploradas durante 20 anos consecutivos, em condições rentáveis. Outras reservas estão a ser detectadas naquelas zonas limítrofes, mas ainda pouco determinadas.

A confirmação foi feita na terça-feira passada em Farim, por geólogos nacionais e da BRGM (empresa francesa contratada para a prospecção do minério), durante a visita aí efectuada pelo Ministro dos Recursos Naturais, camarada Samba Lamine Mané, membro do Conselho da Revolução. Estiveram presentes nessa visita o Ministro do Desenvolvimento Rural, camarada Avito José da Silva, o encarregado de Negócios da França no nosso país, e várias individualidades dos dois departamentos de Estado.

Por absoluta falta de espaço, não nos é possível publicar a reportagem efectuada pelo nosso Jornal, no decorrer da visita, pelo que apenas divulgamos, na página 3, alguns extractos da mesma. Entretanto, pela importância do assunto, retomaremos a matéria na nossa próxima edição.



MOÇAMBIQUE SEIS ANOS DE INDEPENDÊNCIA



Por ocasião da passagem do sexto aniversário da RPM, o camarada João Bernardo Vieira enviou uma mensagem de felicitações ao seu homólogo moçambicano, camarada Samora Moisés Machel.

O Presidente do Conselho da Revolução reafirma a certeza de que o povo daquele país, agora empenhado na sexta fase de luta para a reconstrução nacional, sob a bandeira gloriosa do seu Partido, alcançará novas e decisivas vitórias. Nino formulou ainda ao Comité Central da Frelimo os votos sinceros de sucessos contínuos na consolidação da independência, paz e progresso ao serviço da libertação total, unidade e progresso da África e da Humanidade.

NOVO GOVERNO FRANCÊS COM QUATRO COMUNISTAS

O novo governo francês, que dirigirá o país durante sete anos, foi formado na passada terça-feira à noite, pelo primeiro-ministro socialista, Pierre Mauroy, de 53 anos, e inclui com quatro ministros comunistas.

Na composição do novo elenco governamental que compreende 44 membros, os comunistas assumem as pastas dos Transportes, Saúde, Formação Profissional e Comércio Externo. (Ver pág. 8).

TRIBUNAL DOS POVOS CONDENA O REGIME INDONÉSIO (pág - 8)

NESTA EDIÇÃO

CIMEIRA

DA OUA

TERMINA

HOJE

(Ver pág-8)

EMPOSSADO SECRETÁRIO DA JAAC



Em breve cerimónia realizada na quarta-feira de manhã na sede do Secretariado Nacional da Juventude Africana Amílcar Cabral, em Bissau, o camarada Tiago Aleluia Lopes, membro do CEL do Partido e Secretário do CNG do PAIGC, empossou o camarada Adelino Nunes Correia no cargo de novo Secretário Nacional da JAAC.

A cerimónia contou com a presença do camarada Mário Cabral, Ministro da Educação Nacional que vinha assumindo provisoriamente, desde o 14 de Novembro, a direcção da JAAC, e membros da Direcção Nacional da nossa vanguarda juvenil.

Esta mudança, segundo sublinhou o camarada Tiago Aleluia Lopes, deve-se ao facto de o camarada Mário Cabral estar sobrecarregado com as funções que desempenha no CR, no Partido e no Estado.

“Senhor Cunha” até quando

O tal de sempre, o sr. Cunha, com quem a nossa sociedade está lutando duramente, continua a manifestar-se embora de modo camuflado por se saber que é uma das coisas que o 14 de Novembro quer eliminar.

Acontece que, por infelicidade, com restos das manifestações da pequena-burguesia, se fala do «deficit» estatal como consequência da tal despedida de empregados, de salários relativamente baixos sem «firkidjas» de ferro ou de aço, por detrás disso a admissão de beneficiados com salários duplos ou triplos injustificáveis nas funções específicas embora com intenções de «tapa guinte rosto» e em resposta às manifestações contra esta situação, a apresentação de justificações inaceitáveis.

Por ser familiar ou conhecido do «Patrão», embora sem maior classificação, rendimento no trabalho, e competência em relação aos outros funcionários, julga-se no direito de saltar as estruturas, por não estar confiante nos resultados de um trabalho interno cujo objectivo é de medir o calibre de cada um, passando pelos «meios patrões» para chegar ao «patrão grande», ou a braço direito do «patrão grande» a fim de se justificar e receber apoio da sua recusa, contribuindo assim em parte para a permanência do reflexo da mentalidade colonial — a indisciplina.

Quando se quebrarão as «firkidjas» de ferro?

Por tudo isso a história evoluirá, registando os acontecimentos do 14, e...

DUA PEGA SCHONS

Có: Actividades partidárias

A política da Concórdia Nacional, o pagamento das quotas do Partido, e a data do início da campanha de inscrição de militantes do PAIGC, foram os principais tópicos que constituíram a ordem do dia de uma reunião de militantes membros do comité local e população em geral, que se reali-

zou no passado dia 24, em Có.

Segundo a ANG, a reunião foi presidida pelos camaradas António Cadjuca Nhaga e Malam Bai, secretário para a Organização do Partido na região de Cacheu e presidente do comité do sector de Bula, respectivamente.

Quínara: Resoluções finais da reunião do Partido

No final da Assembleia de militantes e simpatizantes do Partido da região de Quínara, que teve lugar em Fulacunda, de 20 a 22 do corrente, decidiu-se reconhecer ao Conselho da Revolução o papel dirigente da sociedade, enquanto órgão supremo do poder, conforme lhe foi atribuído pela última reunião do CNG do P.A. I.G.C.

A reunião foi presidida pelo 1.º comandante Pedro Ramos, contando com a presença do camarada Quemo Mané, Presidente do Comité do

Partido e Estado da região.

Os militantes decidiram igualmente exortar as massas populacionais desta região a manterem-se vigilantes na defesa das conquistas revolucionárias alcançadas pelo Movimento Reajustador do 14 de Novembro, denunciar quaisquer casos de injustiça, de amiguismo e nepotismo, louvar a política da Concórdia Nacional, apoiar as medidas de austeridade, e apelando, a propósito, a todos os organismos estatais e partidários da Região

que ponham em prática tal decisão e velem pela sua total e correcta aplicação.

Exortou-se também à rigorosa disciplina partidária, e ao cumprimento dos princípios orientadores da acção do P.A. I.G.C. que são a Direcção Colectiva, o Centralismo Democrático, a Democracia Nacional Revolucionária e a Crítica e a Autocrítica, e recomendou-se mais atenção aos dominuídos físicos da Luta Armada de Libertação Nacional, no quadro do Ano Internacional dos Deficientes.

Após breve informação da situação partidária na Região, dada pelo Secretário da Organização do PAIGC, camarada Amaro Correia, os militantes reunidos em Assembleia decidiram ainda recomendar que as direcções da JAAC, UNTG e CNMG prestem mais atenção e dêem maior apoio organizacional às suas estruturas regionais, reactivar a recolha das quotas do Partido e reafirmar o seu total apoio ao CR e ao seu Presidente, camarada Nino Vieira.

Biombo

Terminaram inscrições de militantes

Terminaram no passado dia 25 na Região de Biombo, os trabalhos de inscrição de candidatos e militantes do Partido — informou a ANG através do seu correspondente naquela zona.

Para orientar os trabalhos deslocaram-se a Prábis os camaradas António Gomes e Augusto Candete, responsáveis regionais da Saúde e do Plano, respectivamente, que se reuniram com

alguns responsáveis do sector bem como com os professores em serviço naquela área.

O tema destas reuniões incidiu sobre a distribuição do pessoal que procedeu à campanha de inscrição nas quatro secções que compõem o sector de Prábis, nomeadamente Prábis, Quecete, Cumura e Bór.

Bula

Falta de chuvas

Com a finalidade de averiguar as condições de vida das populações e o problema da carência das chuvas no sector de Bula, esteve em missão de serviço naquela localidade o dr. Tere Reywan, cooperante das Nações Unidas no nosso país, segundo informa o correspondente da ANG.

Em Bula, o dr. Tere Reywan, reuniu-se com o camarada Malam Bai,

presidente do Comité de Estado do sector. Após breve visita, o técnico das Nações Unidas esteve na secção de Nhinta, onde, acompanhado pelo camarada Mutar Djaló, guarda florestal da região de Cacheu, estabeleceu contactos com as populações locais e com o responsável daquela secção, camarada António Okika de Sá.

Bolama: Directores de internatos reúnem-se

Sob a presidência do camarada Mário Cabral, um dos principais colaboradores do Conselho da Revolução e Minis-

tro da Educação Nacional, deverá terminar, hoje, sábado, em Bolama, o encontro dos directores dos Internatos

do Instituto de Amizade, em serviço naquela localidade, indicou a A. N.G.

Os trabalhos inicia-

ram-se na quinta-feira de manhã com a apresentação dos relatórios de actividade de alguns directores.

Responde o povo

O que acha do cinema UDIB?

O que é hoje a sala de cinema da UDIB? Sem entrar em pormenores poder-se-á retratá-la um «barracão» cheio de surpresas.

Para quebrar a «monotonia» de um filme para o espectador nada melhor do que o passeio de um roedor pelo palco. Mas se o público é mais «exigente» poderá contar com o quebrar de uma cadeira... e como é evidente dos «ossos» de um desprevenido espectador. Ah! Projectar filmes sem som, t a m b é m pode ser a norma deste «ilustre» barracão outrora salão. Entretanto, o cenário exala todo um odor de esquecimento e abandono, perfeitamente constatável.

Pois bem, sobre estes factos, que infelizmente caracterizam um dos únicos cinemas da capital, significativos de uma péssima organização, pedimos a opinião do público de Bissau.

UMA MISÉRIA...

João Manuel Gomes, 20 anos de idade, produtor da Radiodifusão Nacional — É uma miséria! Um salão que não satisfaz absolutamente nada, porque não reúne as condições que um recinto do género deve exigir.

E as casas de banho? São uma autêntica porcaria! As necessidades pelo chão exalam um fedor horrível.

Deito as culpas de toda esta situação degradante à direcção antiga que não providenciou nunca no sentido de se pôr cobro a este problema. Se

necessário for, o novo corpo directivo deve encerrar a sala para arranjos que dia-a-dia se tornam mais urgentes.

Ter-se uma sala de cinema naquelas condições, é o mesmo que não ter sala alguma».

A DIRECÇÃO NÃO FEZ O MÍNIMO

Mamadú Baldé, 32 anos de idade, mecânico — «É intolerável a depressivamente situação a que chegou a UDIB! Para os udibistas em particular é chocante constatar que os últimos dois anos são para esquecer, visto que a direcção não foi capaz de fazer o mínimo exigível em matéria de organização e de disciplina. Concretamente, falando do salão

da UDIB, é vergonhoso o estado de degradação apresentado, e que não está em conformidade com as responsabilidades que a colectividade tem para com a sociedade, visto ser o único local do género. Aproveito a ocasião para desejar à nova direcção, que em boa hora surgiu, os melhores sucessos na orientação dos destinos do clube».

NÃO PENSO LÁ PÔR OS PÉS

Manuela Gomes, 26 anos, desempregada — «Já lá não vou há muito tempo, no entanto, naquela época o cinema UDIB já tinha muito que se lhe dissesse. Agora, pelo que oíço, aquilo está uma autêntica nojice.

Imaginar que, sentando-me numa cadeira, estou sujeita a cair, dá-me forças a não tentar lá pôr os pés, visto que eu me encaminho para o desagradável quando não estou ao corrente de nada. Ora, sabendo-o, não vejo razão para lá querer ir».

A UDIB ESTÁ INCAPAZ

José da Silva, 30 anos de idade, professor — «UDIB, UDIB! Muito antes do 25 de Abril a UDIB aumentou o preço dos bilhetes, alegando que se pretendia pôr aparelhos de ar condicionado. No entanto, quase dez anos são passados e até hoje nada.

O estado das cadeiras é outro ponto a lamentar. E os filmes? Não são grande coisa do ponto de vista formativo. E depois, não fazem um controle devido. As crianças assistem a qualquer tipo de filme, o que na minha opinião é bastante mau, na medida em que possibilita a criação de maus vícios.

Actualmente, a UDIB está incapaz de suportar o número de pessoas, e a criação de um novo cinema seria uma ótima ideia, na medida em que faria concorrência ao já existente, que bem faria em melhorar o aspecto do salão e fazer uma melhor selecção dos filmes.

Os jazigos de fosfato vão até ao Senegal

Os indícios da existência de fosfato no Norte do país não são recentes. Índices extraídos nos anos 60 pela companhia americana «Esso» já alertavam para essa hipótese e, recentemente, em 1978/79, o Departamento de Geologia e Minas da Guiné-Bissau registava igualmente provas indesmentíveis desse «ouro branco» nas áreas de Farim, mas, no entanto, sem se conseguir localizar a mina e determinar rigorosamente a sua capacidade.

Ora, foi exactamente isso que a empresa francesa BRGM acaba de confirmar, ao fim de cinco meses de prospecção. O financiamento do projecto de prospecção foi garantido pela FAC, organismo francês de cooperação que, segundo o camarada Samba Lamine Mané, aumentará a ajuda financeira a fim de garantir a continuidade da prospecção noutras áreas com presumíveis jazigos fosfáticos, conforme apontam determinados indicadores.

Tratam-se de zonas ao Sul do rio Farim e outras ao norte, em direcção à Cuntima e à



Após a apresentação gráfica dos resultados técnicos obtidos, a comitiva visitante foi conduzida ao campo da prospecção, vendo-se na gravura um dos momentos de explicação, pelos geólogos, do processo de sondagens, em torno de um furo de Salqueneh.

fronteira com a República do Senegal. A actual mina descoberta localiza-se mais precisamente ao norte do rio Farim, numa área de 18 quilómetros quadrados, na zona que da tabanca de Salqueneh, a pouco menos de seis quilómetros a leste da cidade de Farim.

O teor desse minério é avaliado em média de 30 por cento de P₂O₅ (composição química do elemento fósforo), po-

dendo subir para 37 e 38 por cento, que é uma qualidade bastante apreciável, próxima das minas mais ricas em África, segundo nos assegurou Jean Pierre Prian, geólogo francês da BRGM.

Este técnico acrescentou existirem índices técnicos de uma possível ligação das nossas reservas fosfáticas com outros jazigos da mesma idade iocênica na região senegalesa de Casamance, por meio de

uma bacia em forma de enchenal com maior concentração no nosso território. Os técnicos nacionais e estrangeiros envolvidos nessa operação consideram vantajosa a localização dos jazigos, pelas facilidades de transporte que o rio Cacheu poderá proporcionar. Como desvantagem, na altura de exploração, há o perigo de invasão de águas subterrâneas à mina, se não forem feitas barreiras.

O «Aventura» impossibilitado de prosseguir a viagem

O «Aventura» encontra-se bloqueado no porto de Bissau, impossibilitado de seguir viagem, em virtude de danos sofridos durante o temporal verificado anteontem à noite. Partiu-se uma amarra e a embarcação foi projectada várias vezes contra um barco de pesca. Há ainda a lamentar a perda das duas velas mais importantes para a conclusão da viagem.

Carlos Laje, o navegador solitário que viaja desde Moçambique, conforme noticiámos na nossa edição de 20 de Junho, lança um apelo através do «Nô Pintcha»

las — «estai de tempo» de 2 metros quadrados, e um «estai» normal de 8 metros quadrados — com a maior brevidade possível, ao cuidado da Embaixada de Portugal em Bissau ou do Jornal «Nô Pintcha».

O iate «Aventura» já se encontra fora de água para as necessárias reparações no costado, nas Oficinas Navais, graças ao apoio prestado pelas autoridades portuárias de Bissau. Segundo Carlos Laje, é trabalho para 10 dias, após os quais poderá partir com destino a Cabo Verde, Açores e Lis-



e da imprensa portuguesa, no sentido de lhe serem enviadas a título de empréstimo, as duas ve-

boa, caso consiga dispor das referidas velas, sem as quais não será possível prosseguir a viagem.

Bissau no Congresso das Telecomunicações

Um Congresso Internacional para as Telecomunicações dos países do Terceiro Mundo reunir-se-á brevemente numa das cidades do Brasil. O Governo da República da Guiné-Bissau estará representado pelo camarada Manuel Santos (Manecas), membro do CSL do Partido e Ministro dos Transportes, Turismo e Telecomunicações.

Segundo fomos informados, é esperado nos próximos dias, em Bissau, o senhor Douglas Macedo de Mesquita, Presidente da Associação Brasileira das Telecomunicações, que será portador de um convite oficial do seu governo com vista à participação do camarada ministro Manuel Santos neste Congresso.

Não dialogamos com as actuais autoridades sul-coreanas

● Embaixador da Coreia no «Dia de Luta contra o Imperialismo»

Em conferência de imprensa promovida anteontem pela Embaixada da República Popular Democrática da Coreia para assinalar o «Dia de Luta contra o Imperialismo», o em-

baixador da Coreia, chefiada por Zon Du Juan, que considerou não representar o povo sul-coreano.

«A nossa firme posição é resolver pacificamente o problema da reunificação através de

seja afastado e se estabeleça o poder democrático na Coreia do Sul, então estarão reunidas as condições mínimas para dialogarmos», assegura o embaixador coreano.

Foi, efectivamente, a 25 de Junho de 1950 que o povo coreano, libertado da dominação japonesa, se viu obrigado a pegar em armas contra a invasão imperialista ao seu território. Ao apelo «Todas as Forças para a vitória na Guerra», lançado por Kim II Sung, povo e forças armadas mobilizaram-se para a resistência anti-imperialista, que três anos depois, era obrigado a assinar o Acordo de Armistício, rendendo-se à tenaz resistência do povo coreano. Iniciava-se deste modo o processo de reconstrução e da reunificação da Pátria dividida, que encontraria o seu principal obstáculo na ocupação da parte sul do país por

forças imperialistas, obstaculando assim a aplicação da proclamação conjunta Norte-Sul, firmada em Junho de 1972, e a evacuação de tropas americanas do Sul do país decretada pela ONU.

Recorde-se que o presidente Kim II Sung, no relatório do Comité Central ao Sexto Congresso do Partido de Trabalho de Coreia em Outubro passado, propôs a fundação de uma República Confederada na qual o Norte e o Sul, com base no reconhecimento e tolerância recíprocos de ideologias e regimes existentes, instituíam um Governo Unificado Nacional.

A apresentação, por parte das autoridades sul-coreanas, da proposta de «visita mútua», foi largamente referida pelo embaixador coreano, que o considera uma manobra com vista a iludir o povo sul-coreano e a opinião pública sobre os pretensos objectivos de diálogo. «Não

podemos sentar-nos à mesma mesa com o verdadeiro Zon Du Juan porque ele está a representar os interesses dos seus patrões imperialistas e não os do povo sul-coreano. Além disso, Zon Du Juan ainda tem as mãos manchadas do sangue do povo por ele massacrado em Maio do ano passado, quando a população de Kuangzu se ergueu contra o infame «sistema de renovação» dos militares que detêm o poder e pela liberdade e democracia.

Falando das acções desencadeadas por seu Governo junto das entidades políticas, organizações de massas no Sul e coreanos no estrangeiro, no sentido de lhes esclarecer a proposta de criação de uma República Confederada, informou que as mesmas têm-se revelado frutuosas, pois muitos responderam afirmativamente.



Embaixador Sim Jae Du à Imprensa: Somos pela reunificação pacífica da Pátria coreana.

baixador Sim Jae Du afirmou a determinação do seu Governo em não dialogar com as actuais autoridades sul-

coreanas, chefiada por Zon Du Juan, que considerou não representar o povo sul-coreano. «A nossa firme posição é resolver pacificamente o problema da reunificação através de diálogo e negociações», afirma aquele diplomata num comunicado aos órgãos de Informação. «Logo que Zon Du Juan

Uma opinião

Por: Aristides Meneses ★

Movido pela intenção de contribuir no diálogo aberto pela coluna «Opinião» do nosso Jornal *Nô Pintcha*, eis aqui a participação de mais um «Jovem-Economista». O presente artigo compõe-se de duas partes: 1.º uma análise crítica e posicional do artigo inserto semanas atrás nesta mesma coluna, sobre o título «QUE FUTURO PARA NÓS?»; 2.º uma contribuição do autor sobre a problemática do desenvolvimento Guineense.

QUEM É QUEM?

1.º — Não mencionamento do P.A.I.G.C.

«A saída para o País é antes de mais nada uma saída política que deve basear-se numa definição ideológica clara».

Que definição ideológica, mais quererão estes senhores «não-economistas», para além das claras afirmações do nosso 1.º dirigente Kaby, na alvorada do facto histórico 14 de Novembro, «Nós continuaremos a ser o P.A.I.G.C.». Será que estas afirmações não são suficientemente credíveis, senhores «não-economistas» ou será que os senhores têm algo a avançar e falta-vos coragem? **Basta de demagogias e de slogans de consumo vulgar**, felizmente é o único produto cujo a tendência do preço é deflacionário neste País. Quanto a opção económica, pelo que nos consta «nós os jovens-economistas» ela está bem patente e a disposição de todo o mundo incluindo os (petulantes-intelectuais) no documento do III-Congresso do PAIGC. Senhores «não-economistas», o epicentro da problemática sócio-económico guineense, neste momento, não é a definição ideológica e tão pouco a opção económica. Ele insere-se naquilo que nós os «Jovens-economistas», ou seja os economistas denominam de o **programa** — documento orientador e explicador das tarefas tendentes a implementar condições para materialização da opção económica.

É desolador constatar que personalidades tão eminentes, enveredem por campos onde é manifesta a ignorância dos assuntos tratados; se é um facto que a deteriorização dos termos da troca é uma variável explicadora do diferendo Norte-Sul, ela neste momento não é mais do que uma «variável artificial, cujo período de efeito foi a década de 60 e meados de 70. Pelo que é gratuito afirmar que «Num mundo...», em que a deteriorização dos termos de troca faz do trabalho ingente de milhões de homens uma dedicação quase vã», (senhores «não-economistas»), os factos económicos e as suas variáveis explicativas variam com a dimensão tempo e espaço, entre outros, como todos os fenómenos das ciências sociais; é aqui é que se insere o carácter aleatório destas ciências. Mais uma vez faço notar, senhores «não-economistas», o povo guineense está com a barriga cheia de demagogias, pois como é do vosso inteiro conhecimento, a demagogia era o alimento mais barato e abundante que era oferecido pelos mentores e acoitos do antigo regime.

Sim, é verdade «Quando o Partido esteve no seu devido lugar, triunfamos», mas também é menos verdade que foi **subrepticamente afastado do seu papel**; não, não é bem assim senhores «não-economistas», é que uma coisa é o órgão e outra é funcionamento do mesmo. É necessário a todo o momento ver quem é quem, a cada passo do processo histórico de desenvolvimento; não é por acaso que o Camarada Amílcar Cabral dizia, «todos os organismos dirigentes e todos os responsáveis devem ser sujeitos ao controle frequente da parte dos órgãos superiores a eles e a direcção superior do Partido. Apreciar a cada momento o trabalho de cada responsável e destituir das suas funções todo e qualquer responsável que não cumpre bem o seu dever ou que comete erros graves em relação à linha do Partido», estas palavras foram postas no arquivado, em substituição vieram das bibliotecas particulares — pois a biblioteca Nacional as obras foram carregadas num camião como quem carrega sacos de amendoim... destino?? — dos senhores mentores do desenvolvimento sem quadros nacionais, palavras de ordem frutos da megalomania, da falta de bom senso e de um racismo atroz. A ma-

terialização desses ideais dentro da dinâmica das instituições que Cabral criou, exigiu da parte destes senhores a instauração duma polícia política ferroz (os meninos do Chefe), a corrupção de certos elementos e a narcotização de outros, o que ipso facto, o povo guineense não tinha outra alternativa senão as vias das armas. Não, não senhores (não-economistas), antes de apontarem o dedo a alguém não esqueçam que três dos vossos dedos estão a apontar para vós mesmos.

Constrange-me e causa-me apreensão a minimização tencional do papel que o vosso artigo reserva ao glorioso facto histórico de 14 de Novembro dia de **Liberdade do Povo Guineense**. Ele não se resume só a reafirmação do Glorioso P.A.I.G.C., ele transcende este palco. Vejamos:

1.º — Afastou do poder uma facção com vocação ditatoriais, dando liberdade de expressão e de pensamento ao povo, **cerne do princípio da crítica e autocrítica**;

2.º — Restabeleceu as condições para a democratização das instituições partidárias e governamentais, condições sine qua non, para a preparação do país para a luta do desenvolvimento harmonioso e integral, em prol de um povo que tanta prova tem dado.

3.º — Deu ao mundo um exemplo histórico sem precedentes na África, a de uma transformação da estrutura político-Administrativa, pelas armas, com alto grau de civismo aliada de uma forte sensibilidade humanitária contrária a todas as difamações, deturpações e projecções de um racismo abominável que certas fontes de informações — mal formadas sobre os factos guineenses — propalaram por este mundo fora; ratificando assim o alto nível de formação política e humanitária dos dirigentes que tomaram nos seus ombros, naquela gloriosa noite a difícil mas excelência tarefa de desnarcotizar este povo e oferecer-lhe a oportunidade de gravar nos seus anais as palavras: **democracia, liberdade e desenvolvimento para o povo mas com todo o povo; VIVA A CONCÓRDIA NACIONAL**.

4.º — Reafirma o PAIGC, na medida em que criou condições para uma discussão e análise aberta do Programa maior do Partido do nosso líder camarada Amílcar Cabral, e em toda a sua dimensão em conformidade com o seu legado histórico.

QUE PROJECTO?

Ao abordar o projecto, o artigo oferece-nos as seguintes balizas: «1 — O projecto da sociedade do PAIGC e as prioridades estabelecidas ou a estabelecer no plano de desenvolvimento em cada etapa; 2 — a rendibilidade económica contínua e a capacidade interna de resposta, ou seja de amortização regular das dívidas contraídas».

Senhores «não-economistas», se é este o projecto que oferecem ao povo guineense, então meus amigos, coitado deste povo; a vida dele é trabalhar para pagar as dívidas. Meus senhores isto assim, é pior do que o neocolonialismo o tal perigo pelo qual tanto vociferam; por outro é altamente contrário ao projecto social do PAIGC.

É utópico pensar desenvolver qualquer sociedade se o único objectivo dos investimentos forem só para pagar as dívidas; uma política deste género é um mana para as multinacionais, e é o retrato claro do fenómeno crescimento, que o vosso artigo critica.

Por outro, quando os senhores dizem «de um modo geral dever-se-ia levar em conta o desenvolvimento harmonioso do País»; senhores «não-economistas», o desenvolvimento harmonioso é um objectivo apontado no Projecto sócio-económico do PAIGC; pelo que não é de um modo geral deve-se sim dizer é necessário ter em conta o desenvolvimento harmonioso do País; pois caso avesso acontece precisamente aquilo que os senhores apontam nas linhas seguintes. É que a não consideração deste objectivo conduz a distorções económicas graves — dualismo económico — que poderá pôr em causa todo o projecto político do P. A. I. G. C.

É positiva a vossa contribuição no tocar análise do aparelho do estado, pois assim os leitores ficaram a dispôr de estrutura das que o Dr. Mandinga atendeu, para poder formar as possíveis medidas a implementar para o desaqueamento da situação.

A QUESTÃO AGRÍCOLA

«Assim não aparece uma agricultura a ser tomada como base do nosso desenvolvimento, mas certa maneira como um apêndice do Comércio e Indústria».

Sim, a uma análise empírica é possível sustentar esta tese. Mas se atendermo-nos mais atentamente ao esforço da compreensão da nossa estrutura agrária e daí a detentação dos mecanismos de intervenção da mesma, é possível chegarmos a apreender o raciocínio e as conclusões do Dr. Mandinga. A compreensão da nossa estrutura económica no sentido lato e da nossa estrutura agrária, sentido restrito, remete-nos a uma análise histórica de formação da dinâmica económica guineense actual. Não penso alongar-me muito sobre este mas julgo ser indispensável convidar o leitor para uma das passagens duma brochura do autor para o CEDEP (Centro de Estudos de Dependência em Lisboa, sobre o título «Guiné Domínio e monetarização». No subtítulo III — «das relações de troca à nova relação de troca», vem:

«As armas adquiridas por Portugal durante a 1.ª Grande Guerra vão possibilitar o domínio e estabelecimento da autoridade portuguesa em o território abrangido pelo convénio luso-francês de 12 de Maio de 1886.

A expansão e implantação da soberania é feita nos anos 20. Na Guiné, intensifica-se a política tributária, instaura-se o trabalho forçado, faz-se uma nova divisão administrativa, em 1916 a 1919 finalmente a de 1923 a 1974, dá-se o início a construção de algumas infra-estruturas: constróem-se estradas, pontes, edifícios para a função pública.

É no período 1916-1919 que pode-se dizer começou a vida económica da Guiné-Bissau; só nesta data é que de facto passa a existir a Guiné-Bissau como ela é hoje.

É por isso que vamos encontrar fortes resultados negativos no Balanço Comercial e no Orçamento guineense do período que vai de 1915 a 1932 e que se justifica tendo em conta as necessidades de despesas de guerra e de criação de infra-estruturas correntes no período.

A recente máquina administrativa a funcionar com a pressão do déficit financeiro, enveredando em dois sentidos de molde a fazer face as necessidades da soberania: por um lado desencadeia todo o processo de tributação com o fim de captar os recursos gerados no sector tradicional; por outro, recorre ao trabalho forçado. Trabalho forçado que na Guiné significava que cada aldeia tinha que fornecer diariamente, tantos homens, ao Estado para a efectivação de um empreendimento qualificado — construção de estradas, pontes, fontenárias.

Esse trabalho forçado vai ser a principal fonte de investimento no processo de desenvolvimento do período. Pois possibilitou a criação de algumas infra-estruturas sem preocupações com despesas salariais, o que aliviava bastante o orçamento, tal, e vinha de encontro a teoria geral do desenvolvimento sobre o equilíbrio orçamental.

Mas esta situação só é possível mediante a coersão; a que o guineense responde, refugiando-se cada vez mais, no interior, chegando mesmo a abandonar o solo natal, indo fixar-se no Senegal.

Esta reacção guineense, vai preocupar o Governo colonial, que se por um lado tinha vantagem na utilização da força de trabalho não remunerada, por outro, os efeitos da emigração ou migração das populações para zonas de difícil acesso, poderia reflectir-se na colecta do imposto, assim como na produção agrícola. Dificilmente, pois verifica-se contrariamente ao que se esperava, que apesar de tudo, a colecta do imposto cresceu no período. Mas isso explica-se, se tomarmos em conta o modo como os zelosos funcionários estatais faziam cumprir o decreto... A deficiência atingiu um grau tal, que provocou a diminuição do nível de vida das populações abrangidas, estes para se defenderem deixaram de dormir em camas; pois o fisco incidia, — quando entravam no n.º de pessoas que estavam na aldeia não contava o previsto, — sobre o n.º de leitões que a palhota abrigava.

A tributação vai ser o instrumento instrumental do capitalismo para a penetração e convulsão da economia tradicional guineense ao serviço da Metrópole: facto que se depreende se tivermos em conta a história da Guiné; para um reviver da

mória oçamos o que nos diz o obreiro (Luis António Carvalho Viegas), da implantação do sistema económico guineense: «O indígena da Guiné-portuguesa vivendo na sua grande maioria de recursos naturais e do seu trabalho agrícola, num ancestral espírito de independência, não se oferece ao trabalho à jorna. Por isso empresas agrícolas ou similares de grande vulto, que somente podemos desenvolver-se como o recurso à mão de obra indígena, não encontram viabilidade de êxito».

A necessidade de satisfazer a obrigatoriedade do pagamento do imposto, leva o guineense a praticar culturas industriais destinadas a troca, com finalidade de angariar moeda, evitando que as autoridades venham a sua «tabanca» e lhe levem um dos seus bens somoventes, além do mal trato e prisão que estaria sujeito.

O produto agrícola destinado a indústria com melhor cotação vai ser por excelência a oleaginosa; — a mancarra introduzida na Guiné no século XIX vai invadir os campos de cultura guineense. — Este facto só é inteligível no quadro global da economia Portuguesa, pois são as oleaginosas da Guiné que vão sustentar as indústrias da CUF na sua fase de descolagem. Este, vai caracterizar todo o processo de colonização guineense, no que diz respeito as relações de produção e ao mecanismo de exploração colonial.

Em relação as relações de produção o estado colonial mantém e conserva na maior parte do território as relações de produção pré-capitalistas, ao contrário das outras colónias o poder de decisão quanto a quantidade e controle da produção fica nas mãos do guineense, é o guineense quem decide quando, quanto e onde é que vai produzir.

O aparelho colonial só faz sentir a sua presença, no sector de distribuição, é aqui, que o agricultor guineense perde o controle do seu valor criado pois aqui quem decide onde é que se deve vender é o poder colonial no sentido lato, e CUF no sentido restrito. Pois os preços da mancarra obedeciam as necessidades de lucro da CUF, é ela quem fixava os preços da campanha todos os anos em Lisboa, por alturas do mês de Novembro, estes preços eram tão arbitrários que os próprios comerciantes radicados na Guiné discordavam dela. Isto é tão verdade que no congresso do V centenário da descoberta da Guiné, promovida pela Sociedade da Geografia de Lisboa entre 19 a 25 de Maio de 1946, um Delegado da Associação Comercial e Industrial e Agrícola da colónia da Guiné, no uso de palavra, mostrou o seu desaprovamento. Isso põe a claro todo o sistema de Quinta — Colonial que vigorou na Guiné.

É certo que a vida económica guineense era superestruturalmente controlada pelo aparelho colonial, mas também não é menos verdade que ela estava nas mãos do guineense. As relações de produção foram mantidas, sofrendo pouca alteração porque assim convinha à CUF, que soube por através do aparelho colonial o sistema produtivo pré-capitalista comunitário ao seu serviço, e em benefício do engrandecimento do capital e da obtenção dos fabulosos lucros.

Em relação ao mecanismo de exploração é o aparelho administrativo colonial em consonância com as casas comerciais que desencadeiam todo um processo de exploração que vai ter como base o imposto de palhota na 1.ª fase e a armadilha do crédito na 2.ª fase nas zonas próximas dos centros urbanos, onde a moeda desempenha o seu papel de equivalente geral e de reserva de valor.

Quanto às populações do interior, o processo é diferente o facto de raramente se deslocarem a cidade, e, também pelo facto de quando isso se verificar, é feito por um grupo de pessoas da tabanca que normalmente ficam encarregues de tratar dos assuntos dos seus companheiros, aqui, são os «djilas», comerciantes ambulantes que no processo de captação do diferencial de preços existentes entre a economia monetarizada e a economia tradicional se dirigem as tabancas com os seus produtos, onde efectuam a troca directa; levam panos, chinelas, sabão, pente etc. etc. e trocam os seus produtos por couros, mancarra, etc.

O circuito económico em que se insere o djila é:

D-M-M-D', isto é, na 1.ª fase ele compra mercadoria nas lojas comerciais (troca indirecta) em seguida dirige-se as tabancas, onde troca as mercadorias adquiridas, por produtos provenientes do sector pré-capitalista, e na última fase regressa ao sector monetarizado onde vende as mercadorias trazidas obtendo assim um acréscimo monetário que é fruto do diferencial de valor nominal e da especulação. Este processo é muito difundido na Guiné-Bissau, e, é um dos factores negativos mas necessários a dinâmica da economia guineense, pois

ela terá que perdurar enquanto não se criarem capacidades de distribuição em zonas próximas destas localidades de modo a poder substituir o djila.

É um factor negativo, porque retarda a monetarização da economia, pois o processo tanto convém ao djila assim como as próprias populações. É necessário e positivo porque além de possibilitar a captação dos excedentes gerados neste sector ele cria todo um mercado potencial para certos tipos de produtos, e mais, substitui os armazéns do povo e as suas casas comerciais, além de servir de elo de ligação entre a economia tradicional e a economia monetarizada».

Pelo que penso pode-se afirmar que, a estrutura económica guineense é caracterizada por uma economia da subsistência, em que as estruturas tradicionais constituem uma formação social pre-capitalista de tipo agrária, com reduzidíssimo nível de instrumentos de produção e que foi dominada e orientada por um sistema capitalista ao serviço dos interesses da burguesia colonizadora. Este domínio teve como seus instrumentos principais o aparelho administrativo, — mecanismo do imposto e o aparelho comercial, — o fetiche da mercadoria e a armadilha do crédito; donde qualquer que seja o projecto do desenvolvimento rural, a sua consecução terá que passar por um estratégia próxima a delineada pelo autor de «Guiné que País».

E AGORA?

Senhores «não-economistas», é necessário sair da esfera da pura vontade política e situar-se na esfera do real, isto é, a implementação de medidas capazes de materializar a sublime intenção política apontada pelo nosso dirigente camarada K a b y, caso não se queira que ela reste uma voz cada vez mais tênua que se dilua no âmago das esperanças do guineense. É assim que tomo como positiva a vontade viva de contribuir, (manifesta pelo autor de Guiné que País), para a grande obra do desenvolvimento económico que este povo aspira pôr em prática contra todas as forças do passado cujo limite é a prateleira da história ou então uma reconversão e adaptação imediata das suas torrentes ideológicas na direcção do futuro. E, em complemento ao artigo «GUINÉ QUE PAÍS», sugiro e deixo ao julgamento e crítica o seguinte:

A necessidade de implementar condições para uma definição duma política comercial face a estrutura económica e ao objectivo desenvolvimento.

Esta política comercial deverá ter por base: — A reorganização do sistema de comercialização. — A Restruturação e implementação, de um sistema de transporte adequado as nossas condições.

E por objectivo na 1.ª fase: — A captação e distribuição em tempo útil dos produtos agrícolas e bens manufacturados, — cujos padrões satisfaçam as preferências dos utentes de modo a permitir que os camponeses tenham uma capacidade de conversão das suas moedas;

Ena 2.ª fase: — A colocação de factores de produção nos centros de produção acompanhados de respectivas medidas de «marketing» (divulgação e sensibilização ao consumo pelos produtores).

Por outro, a implementação de medidas tendentes à: — Restabelecimento de plafonds de importação com grelha e afectos a determinados produtos e sectores. — Prospeção e determinação do mercado de importação, dando preferência aos mercados horizontais, tendo em conta sempre o factor preço e qualidade; recorrendo mesmo em certas situações ao sistema clearing.

— Organização de trocas de informações sobre os mercados de certos produtos de importação comum aos países limitrofes; (Arroz, açúcar etc).

— Restauração do sistema de crédito agrícola.

— Melhoramento da infra-estrutura roteira. Este melhoramento poderá ser financiada pelas sociedades do Estado (A.P., Socomin, Socotram etc) assim como em certa medida pelo Fundo de Comercialização.

E ainda:

— A utilização duma grelha de preço para incentivar os camponeses à melhorarem as suas produções e as qualidades dos seus produtos.

— Afectar os benefícios obtidos nas trocas, nos projectos de desenvolvimento e não para assegurar o equilíbrio do orçamento de funcionamento do Estado. — Apoiar técnica e financeiramente a Empresa Nacional de Frutas, cujo o carácter principal é a exportação e valorização dos nossos produtos Hortícolas. — Nomear à frente de cada Empresa ou organismo público de carácter económico quadros al-

tamente qualificados com uma formação adequada em gestão económica e financeira.

Quanto a política de investimnto, é necessário encorajar o investimento público em equipamento social e infra-estruturas básicas, investimento no sector empresarial do Estado; protecção e incentivo do investimento privado no sector virado a exportação, os quais teriam como função a criação e manutenção de posto de trabalho, assim como a redução do déficit da balança através da aquisição de activos monetários provenientes da exportação. A prioridade a dar a conservação e criação do equipamento social, — (estradas, pontes, escolas, hospitais) — é premente por duas razões: 1.º é que a curto prazo, um simples melhoramento no que se refere ao funcionamento do circuito de distribuição pode levar a um aumento de produção, sem que haja um aumento da capacidade produtiva; e, a melhor ou pior qualidade do circuito de distribuição é influenciada fortemente pela existência do melhor ou pior equipamento social. 2.º é impensável um desenvolvimento harmonioso e integral duma economia sem a existência duma rede de equipamento social que respon- dam a esta necessidade.

POLÍTICA CREDITÍCIA E BANCÁRIA:

Estabelecimento dum sistema de crédito que terá como prioridades e objectivo:

— Encorajamento ao investimento selectivo: **Agricultura** — Culturas de viveiro — ligadas a exportação. **Pecuária** — Bovinocultura (Exportação) — Avicultura e Suinocultura (Mer. Int.); **Comércio** — Financiamento a estabelecimentos localizados a mais de 40 Kms das zonas urbanas — Estabelecimentos virados à exportação; **Indústria** — Empresas agro-alimentares — Empresas com vocação a exportação — Transporte interurbanas de cargas e passageiros.

Implantação do sistema de depósito c/juros:
Objectivo: captação das poupanças dos particulares não afectos ao investimento: note-se que o sistema tem revelado a existência duma liquidez excedentária cujas origens podem ser atribuídas a inelasticidade do aparelho produtivo e a incapacidade temporária de satisfação da procura interna pela via da importação.

POLÍTICA ENERGÉTICA E INDUSTRIAL:

I — Procurar junto dos organismos Internacionais nomeadamente (CDEAO, OPEP etc) angaria- mento de crédito à médio e longo prazo, para o aprovisionamento em combustível por um período mínimo de três anos.

— Racionamento do combustível como tem sido a prática, mas só ao nível do consumo não produtivo.

— Afrouxamento das taxas sobre consumo produtivo — estabelecimento de taxas progressivas em função de escalão de consumo doméstico.

— Procuras de novas soluções energéticas.

II — Protecção e implementação das indústrias agro-alimentares.

— Melhoramento e racionalização das empresas viradas a exportação. — Reestauração dos Estaleiros Navais de forma a torná-la rentável e se possível competitivo ao nível Geo-económico (CEDEAO).

Proteger e desenvolver a indústria metalomecânica virada a produção de bens de consumo agrícola tradicional e moderna.

— Encerramento ou reconversão das empresas industriais de déficit crónico, e que não têm efeito de arrasto na economia (CITROEN, PLÁSTICO, etc.).

— Protecção e implementação das indústrias de confecções.

— Interdição e proibição expressa de execução de qualquer projecto de investimento, sem um estudo sério e sistemático de tudo o que concerne a vida do projecto.

— Implementação no espaço de médio prazo de indústrias de valorização dos recursos haliéuticos, vis a vis aos mercados horizontais e verticais.

E por último, a criação e reforço de mecanismos de controle que possibilitarão (ex: secretariado permanente do conselho económico) no curto prazo, a fiscalização e garantam o não desvio considerável da política delineada.

* Licenciado em economia.

Torneio de abertura do defeso

A federação do Campeonato de Defeso do bairro de Bandim-2 marcou para este fim de semana a primeira eliminatória do torneio de abertura da época 1981, com os seguintes jogos: hoje pelas 17 horas, Djorçon — Bona-Gosta, amanhã pelas 7 horas e 30 minutos, UDAK — Pulgas, e na tarde do mesmo dia, pelas 17 horas, Djagras — Pamparida.

O campeonato de

Bandim-2 vai na sua quarta época consecutiva, tendo sido vencedor em 1978 o Futebol Clube Bona-Gosta, em 1979 a formação da União Desportiva Académica de Kobon (UDAK), e em 1980 o Djorçon Futebol Clube, também vencedor do primeiro torneio de abertura.

O campeonato, assim como o torneio de abertura, contará com a presença de seis equipas: Bona-Gosta, Djorçon,

Pamparida, UDAK, Pulgas, e Djagras — segundo informações da ANG, recolhidas junto de Alexandre Manuel da Silva.

CAMPEONATO DE BISSAU-NOVO

Por outro lado, o campeonato de defeso de Bissau-Novo, a realizar-se no princípio de Julho, no denominado «Campo de Granja», contará com a presença de seis equipas: Grupo Desportivo de Bissau-Novo, Borlistas (Sintra),

Reafrike (Mindará), Cosmos (Bissau-Novo), Hamuta (Cambanco) e uma formação de Misirá. Entretanto, para o campeonato deste bairro na categoria de juniores, com data a indicar, já se inscreveram as equipas de Djoliba (Bissau-Novo), Djaraaf (Reino / Gambiada), IDEC (Inter-Desportivo Esperança Cabral), Perina Vingança (Belém), Vampiros (da Rua Boé), e Hagan.

Conferência do desporto

No quadro de cooperação entre os países Não-Alinhados no domínio desportivo, o Buceau Popular da Jamhayria Árabe Líbia Popular endereçou um convite a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, para que este organismo se faça representar numa conferência do Comité de Coordenação no domínio da Educação Física e Desporto, a realizar de 23 a 26 de Agosto próximo na capital Líbia.

Cada delegação a esta Conferência será composta por quatro elementos.

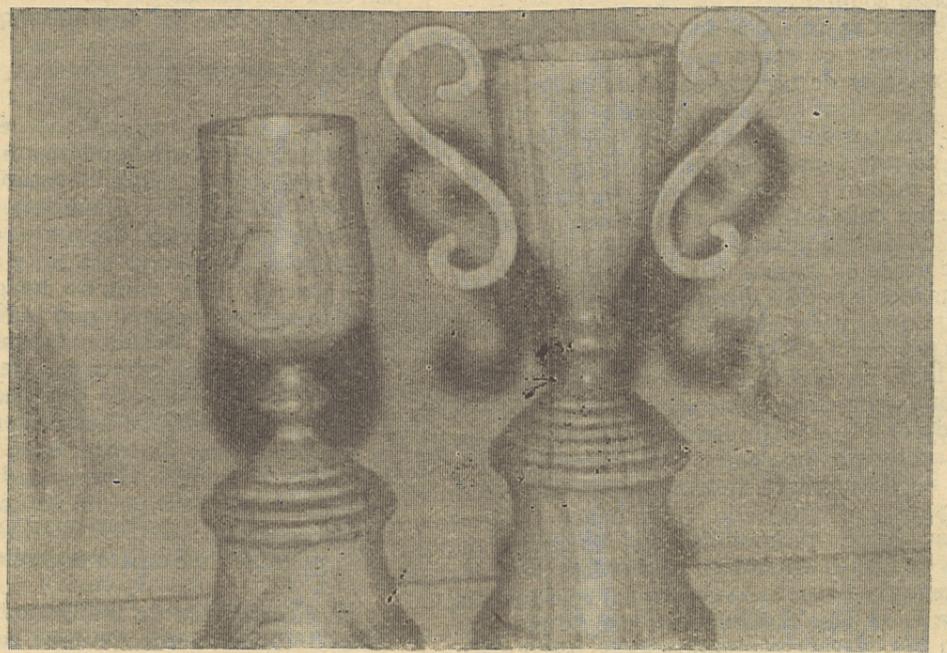
Escola de Ténis organiza torneio para iniciados

Promovido pela Escola Lawn Ténis, está a correr, desde quarta-feira passada nos courts do estádio Lino Correia, o torneio de iniciados A e B para o aperfeiçoamento, em sistema de eliminatória. Participam cerca de 16 atletas, que têm sido orientados pelo professor Nuna.

A competição prossegue esta tarde com os jogos entre António Soares — Francisco Lúcio no courts do Estádio Lino Correia, e no courts da DICOL encontram-se Lisdália Funy e Elsa Marques.

Entretanto, apresentamos os resultados das partidas já reilizadas: na quarta-feira passada, Helder Proença bateu Agnelo Regalla por 6/4. Na quinta-feira Fortunato derrotou Júnior por 7/5 e Lígia Garcia fez vergar Alfredo Jefferson por 6/3 e, ontem a tarde, Eneida Voss bateu Nancy Voss, por 6/2 e Carlos Nicolay afastou Aladje ao vencer por 6/4.

Os três primeiros classificados receberão prémios, cabendo ao primeiro e segundo classificados uma taça para cada, e ao concorrente que alcance o terceiro lugar será distribuído uma caixa de bolas. De salientar que, no final do torneio, está prevista uma festa de confraternização entre os alunos da referida Escola.



Taça da UNTG

As meias finais do torneio de futebol organizado pela UNTG para comemoração do seu XX Aniversário desenrolam-se hoje pelas 17 horas, no estádio Lino Correia, entre as formações do Ajuda Sport e do Ténis Clube.

Segundo informações

colhidas junto da Comissão Recreativa, Desportiva e Cultural de UNTG, criada precisamente para organizar a referida comemoração a final terá lugar na próxima semana entre o vencedor das meias-finais e o Estrela Negra de Bissau.

Esclarece-se que este torneio, iniciado em Maio, foi interrompido para atender os interesses dos clubes empenhados no campeonato nacional de futebol, e mais concretamente, na disputadíssima Taça da Guiné-Bissau.

Basquetebol A selecção não vai à Mauritânia

A formação nacional da Guiné-Bissau de basquetebol masculino, na categoria de Júniores, não estará presente em Nouakchott (Mauritânia) para disputar, de 25 de Julho a 1 de Agosto, o torneio da Zona Desportiva n.º 2 do Conselho Superior do Desporto em África — sobemos de fontes seguras ligadas à Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.

O cancelamento da prevista digressão deve-se a falta de fundos para financiar a viagem, porque, segundo a secção de finanças do órgão máximo do desporto nacional, se se efectuasse esta deslocação, a SEJD ficaria sem fundos, o que significaria o isolamento completo, no que se refere a contactos internacionais.

Apesar desta explicação verosímil, só há a acrescentar que o basquete, uma modalidade que está a suscitar grande interesse e com possibilidade de alargamento, ficou mais uma vez privado de uma oportunidade de evolução.

Quartos de final das competições africanas

O sorteio para os quartos de final das competições africanas inter-clubes (Taça dos campeões e dos Vencedores das Taças) realizado no Cairo (Egipto), na sede da CAF (Confederação Africana de Futebol) indicou os seguintes jogos:

Quartos de final da Taça dos Clubes Campeões: Vita (Zaire) — Rangers Nchanga (Zâmbia); As Kaloum (Guiné) — ASEC de Abidjam (Costa de Marfim); US Nzambi (Gabão) — National SC (Egipto); GET (Argélia) — Dynamos (Zimbabué). Os jogos da primeira mão serão disputados entre 11, 12 ou 13 de Setembro, enquanto a segunda mão se realizará entre 25, 26 ou 27 de Setembro.

Para a Taça dos Vencedores das Taças: Union de Douala (Camarões) — SETIF (Argélia); Power Dinamos (Zâmbia) — Secondi Hasaacas (Ghana); Gbessia (Guiné) — Shooting Stars (Nigéria) e Djoliba (Mali) — Cor-Mahia (Quénia).

Os jogos da primeira mão deste grupo desenrolar-se-ão entre 4, 5 ou 6 de Setembro e, os da segunda mão estão marcados para 18, 19 ou 20 do mesmo mês.

As formações nacionais do Egipto e dos Camarões serão os representantes da África no mundial de futebol, na categoria de juniores, a realizar brevemente em Austrália. Este certame intercontinental estava marcado para o período de 3 a 18 de Março último, contudo, por razões que desconhecemos, foi adiado por data a indicar.

Para além do Egipto e dos Camarões, o mundial de Austrália contará com a presença de Inglaterra, Itália, Holanda, Espanha, Roménia, México, Estados Unidos e Austrália (país organizador).

De salientar que a formação do Egipto havia empatado na final da eliminatória da zona africana com os Camarões, na casa deste, a uma bola, vencendo no Cairo por 2-0.

Concurso "Fim de Semana"

Radiodifusão Nacional C. P. 191 — Bissau

RDN FIM DE SEMANA

— Patrocinado pela SOCOGEL —

C
O
N
C
U
R
S
O
n.º

Data / / 19

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

Pontuação

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Formado o Governo francês

● Comunistas têm quatro ministérios

O novo governo francês, presidido pelo sr. Pierre Mauroy, engloba quatro ministros comunistas.

Resolve-se, assim, a «incógnita» que mais parecia preocupar os observadores ocidentais, depois da esmagadora vitória de Mitterrand — e consequentemente dos socialistas — que significou, antes de mais, um profundo desejo de mudança do povo francês.

Os quatro ministros do Partido Comunista são, segundo informação veiculada pela

Agência France Presse, Charles Fiterman, que assume a pasta dos Transportes (é apontado, inclusivamente, como novo Presidente da Assembleia), Anicet Les Pors, na Saúde, Marcel Rigaut, na Formação Profissional, e Michel Jobert, no Comércio Externo. Saliente-se a directa repercussão social que implica a gestão de qualquer destes Ministérios. Uma pesada responsabilidade, portanto, para os homens de Georges Marchais, também um desafio à sua

capacidade de interpretar os anseios populares, de que os comunistas sempre se reivindicaram.

O acordo firmado entre os socialistas e os comunistas vincou a «solidariedade sem reservas» com o Governo e a aceitação, por parte dos últimos, de um programa de acção assente nas promessas e garantias anunciadas por François Mitterrand ao eleitorado.

De qualquer maneira, e como não podia deixar de ser, o Governo será dominado pelo victorioso Partido Socialista, com 35 membros no total de 44 que compõem o executivo.

Diplomatas americanos expulsos da Zâmbia

O governo zambiano considerou como «persona non grata» dois diplomatas da embaixada americana em Lusaka, a quem ordenou que deixassem o território dentro de 48 horas, anunciou o ministro zambiano dos Negócios Estrangeiros.

Os dois diplomatas em causa são o primeiro-secretário para os assuntos políticos, John David Finney, e Michael Francis O'Brien.

Esta decisão inscreve-se no quadro de um inquérito lançado pelas

autoridades zambianas, na sequência da descoberta dos preparativos de um «complot» que visava mudar o regime do presidente Kenneth Kaunda, em que, segundo o porta-voz do ministro zambiano dos Negócios Estrangeiros, a CIA tinha jogado o seu papel.

Quatro outros membros da embaixada americana foram colocados na situação de «interditada a permanência» pelas autoridades zambianas.

DIRIGENTES DE ZIMBABWÉ

SALISBÚRIA — O governo do Zimbabwé deverá pôr em acção um código proibindo aos líderes dos partidos e aos membros do governo de deterem acções numa companhia ou pertencerem aos quadros dirigentes numa empresa, e instituir, ainda, a comissão de inquérito preconizada num relatório apresentado ao parlamento.

A comissão de inquérito sobre os lucros dos preços e condições de serviço, presidida por um branco católico das relações internacionais, pede, no relatório apreendido ao parlamento, o estabelecimento de uma carta similar à declaração da Arusha (Tânzania) de 1967, para impedir as personalidades de alto nível de tirarem proveito da sua posição.

Sahel — luta contra a seca

Uma sessão ministerial do «CILSS» (Comité Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel, agrupando oito países africanos) foi aberta na segunda-feira em Banjul por Seku Sabali, ministro gambiano das Finanças e do Comércio.

O ministro sublinhou que o último ano agrícola no Sahel, marcada pela seca, é a prova de que os países membros do «CILSS»-Gâmbia, Alto-Volta, Cabo-Verde, Mali, Mauritânia, Senegal, Níger e Tchad ainda não estão à altura de controlar o seu destino, nem de controlarem os seus recursos, a despeito dos esforços feitos no decurso do último decénio.

Sabali afirmou, ao discursar na sessão ministerial, que os países sahelianos têm necessidade urgente de ajuda alimentar, impondo-se a revisão da estratégia de desenvolvimento agrícola e a reformulação do programa com vista a uma exploração racional dos recursos em água, sem os quais será impossível atingir a autossuficiência alimentar.

O ministro gambiano sublinhou ainda que o «CILSS» realizou importantes progressos na sensibilização da Comunidade Internacional para a mobilização dos recursos necessários à realização de projectos de luta contra a seca no Sahel.

Comunicação no Terceiro Mundo

Ocidentais hostis à criação de um fundo de ajuda

A reunião, na sede da UNESCO, do Conselho Intergovernamental encarregado de organizar a ajuda ao Terceiro Mundo em matéria de comunicação, terminou os seus trabalhos na segunda-feira, sem que tenha resolvido o problema essencial de financiamento desta assistência, que fica por levar à prática.

Reunidos desde 15 de Junho, os representantes de 15 países designados na Conferência Geral da

UNESCO em Outubro último, em Belgrado, convidaram somente o Director-Geral desta organização, Amadou Mahtar M'Bow que lançou um apelo à contribuição para o programa que o Conselho Intergovernamental se encarregou de efectivar — o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC). O Conselho pediu ainda a M'Bow que continuasse a estudar a possibilidade

de deslocar o problema do financiamento do programa para o Fundo Internacional instituído no quadro da UNESCO.

Ora, os ocidentais exprimiram várias vezes a sua hostilidade quanto à criação de um fundo, preconizado pelo «grupo dos 77». A preferência dos ocidentais vai para um sistema de financiamento do projecto pontual.

PORTO DA BEIRA

MAPUTO — Uma empresa holandesa foi encarregada de estudar o plano de desenvolvimento do Porto da Beira, em Moçambique, soube-se em Maputo.

O inquérito prévio, efectuado no quadro da Conferência para Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, aborda a possibilidade de viabilizar, aprofundar e alargar os canais de acesso ao porto, e prevê a eventual construção de novos canais que permitiriam o acesso a navios de 70 000 toneladas, em vez das 25 000 toneladas actuais.

COMBATE INTENSIFICA-SE

S. SALVADOR — As operações de guerrilha intensificaram-se no decorrer destes cinco últimos dias nos departamentos de São Vicente, Cabanas, Morazan e Chalatenango, que cobrem o Norte de El Salvador, indicam fontes militares do país.

Na altura em que os meios militares e governamentais recusam todo o cálculo das perdas provocadas por estes combates, um porta-voz da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional afirmou que a ofensiva tinha causado 60 mortos entre as tropas governamentais.

INCIDENTES EM CASABLANCA

CASABLANCA — Os graves incidentes ocorridos durante o fim de semana em Casablanca causaram 66 mortos e 110 feridos, anunciou um comunicado do Ministério do Interior marroquino.

Irlanda: País colonizado e povo reprimido (3)

Continuamos a publicar a entrevista concedida ao semanário português «O Jornal» por Sean MacBride, antigo chefe do Estado Maior do IRA (Exército Republicano Irlandês) e Prémio Nobel da Paz. O velho resistente irlandês aprofunda a denúncia da autêntica colonização da sua Pátria pela coroa inglesa, nos mesmos moldes em que dominava os povos da Índia ou do Quênia, afirmando, concretamente:

«O comércio e a Indústria estavam nas mãos dos ingleses, protegidos por um regulamento especial. Quanto à terra, estava fragmentada, dividida em pequenos pedaços. Para a cultivar, os camponeses deviam pagar rendas enormes aos proprietários ingleses que nunca viam. A miséria do povo era imensa. Entre 1841 e 1851 a fome, a cólera e a emigração custaram dois milhões

de habitantes à Irlanda. De um milhão de irlandeses, muitos morreram, enquanto os barcos de morte onde seguiam empilhados os levavam à Inglaterra, à Escócia, à América. Os primeiros «boat people» (designação que poderia caber aos barcos dos piratas negreiros dos tempos da escravatura em África) foram irlandeses».

P. — Em 1916, você tinha 12 anos. Que recordação guarda da Páscoa sangrenta?

R. — Encontrava-me em Paris. A minha mãe, Maud Gonne MacBride, a quem chamavam a «Joana d'Arc irlandesa» era algo assim como um embaixador itinerante da revolução irlandesa. Percorria a Europa, ia à América, encontrava-se com dirigentes políticos, recolhia fundos, escrevia artigos e dirigia o jornal «A Irlanda Livre». Instalara-se em Paris

porque, a seus olhos, desde a Revolução Francesa, a solidariedade entre os dois povos, irlandês e francês, era profunda e viva. Eu andava no liceu quando, a 7 de Maio de 1916, tomei conhecimento da execução de meu pai, John MacBride, fuzilado dois dias antes pelos ingleses, em Dublin, com outros dirigentes da insurreição. O meu pai militara desde a juventude nas organizações nacionalistas. Tomou parte na insurreição de 1916, levada a efeito em plena Primeira Guerra Mundial.

REPRESSÃO IMPIEDOSA

P. — Quem eram os chefes desse levantamento? — Havia Padraic Pearse, escritor, poeta, orador brilhante, que devia ter sido meu professor. Ele era o principal responsável do Irish Republican Bro-

therood. Também James Connolly dirigente do «Irish Transport and General Workers Union», o mais poderoso sindicato do país. Socialista, Connolly achava que a independência da Irlanda era inseparável da emancipação dos trabalhadores. Na fachada do seu quartel general, Liberty Hall, Connolly mandara pôr um dístico onde se lia: «Não servimos nem o rei nem o Kaiser, mas a Irlanda».

Em 24 de Abril de 1916, diversas centenas de militantes nacionalistas, armados de velhas Mauser, ocuparam uns quinze pontos estratégicos de Dublin. A Estação Central dos Correios de Sackville Street, em particular, tornou-se o quartel-general do Governo Provisório da República da Irlanda, proclamado por Padraic Pearse nesse mesmo edifício. Nos dias que se seguiram, chegaram cons-

tantemente comboios inteiros com reforços ingleses. A repressão foi impiedosa. Durante três dias, uma canhoeira inglesa, ancorada em Liffey, em pleno coração de Dublin, disparou sobre a cidade. A artilharia pesada arrasou os bairros operários. Milhares de habitantes ficaram sepultados nos escombros ou morreram nas explosões. Em 29 de Abril toda a cidade estava em chamas.

Os insurrectos renderam-se. Entre 3 a 12 de Maio, todos os líderes da revolta, entre os quais o meu pai, foram fuzilados. A opinião pública internacional ficou perturbada. «O Manchester Guardian» falou de «atrocidades». «Le Temps» foi censurado pela segurança militar. Ainda me lembro dessas três colunas em branco na primeira página do jornal...»

O.U.A. MARROCOS PRETENDE AVAL À OCUPAÇÃO DO SAHARA

(Do nosso enviado especial) — O problema da descolonização da África Austral, em particular da Namíbia, mereceu o maior interesse tanto na reunião ministerial preparatória como na jornada inaugural da Cimeira. As intervenções efectuadas destacaram a necessidade de uma ruptura com todas as tácticas diplomáticas conciliatórias em relação ao regime racista da África do Sul. Por outro lado, foi criticado a posição dos países membros do

«Grupo de Contacto» (EUA, Grã-Bretanha, Canadá, Alemanha Federal e França) que, conforme a expressão do presidente queniano Arap Moi «parece ter perdido todo o contacto». Sam Nujoma, presidente da SWAPO, denunciou, em nome dos movimentos de libertação, os EUA pela sua cooperação com o «regime racista sul-africano».

A Conferência decidiu por unanimidade, o aumento da ajuda financeira e material à

SWAPO, com a criação de um fundo especial de emergência e voluntário. Quênia e Líbia contribuíram com, respectivamente, um milhão e 500 mil dólares. Comentando a decisão, o camarada Victor Saúde Maria, ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, salientou que existe actualmente no seio da OUA maior sensibilidade quanto à inevitabilidade da luta armada no processo de liquidação do colonialismo na África Austral

conhece nova perspectiva, ao ser considerado pelo secretário-geral da OUA, Edem Kodjo, que a admissão da RASD no seio da Organização era uma questão meramente administrativa, uma vez que existe uma maioria simples de países membros que reconhece o país e que pediram a sua admissão. Criticado por muitos países o facto de não ter notificado aos Estados membros a admissão da RASD, uma vez obtida a maioria, Kodjo argumentou que Marrocos apresentara uma moção pondo em dúvida a soberania da RASD. Reconhece tratar-se de uma posição difícil, pelo que foi canalizada a questão para

os Chefes de Estado, pois, segundo ele, subsiste um problema da interpretação da carta.

Entretanto, notícias de última hora veiculadas pela Agência France Press informam da criação de um comité presidido pelo Quênia e compreendendo os países membros do Comité «ad hoc» (Guiné, Nigéria, Serra Leoa, Tanzânia, Mali e Sudão) encarregado de organizar um referendo sobre o Sahara Ocidental. A decisão foi adoptada na sequência da pretenciosa «proposta tendente à resolução do conflito», apresentada por Hassan II de

Marrocos. A proposta, considerada por dirigentes saharauis como «promessas habituais» e «visando legitimar a ocupação marroquina do território saharauis», contempla a aceitação de um «referendo controlado», cujas modalidades seriam estipuladas conforme os objectivos e recomendações do Comité de Sábios da OUA e na convicção dos direitos que Marrocos tem sobre o Sahara.

Outros pontos constantes da agenda relacionam-se com a situação no Tchad e o diferendo entre a Somália e a Etiópia.

Cooperação com Portugal tem novas perspectivas

Após uma visita oficial de seis dias ao país a convite do camarada Manuel Santos, Ministro dos Transportes e Comunicações, regressou ontem a Portugal uma delegação portuguesa chefiada pelo tenente-coronel da Força Aérea Canto e Castro. Este membro do Conselho da Revolução de Portugal, que se fazia acompanhar pelo tenente-coronel Costa David, informou, à que os seus contactos com as autoridades guineenses foram extraordinariamente positivos «pois permitiram-me fazer uma perspectiva das necessidades deste país, que terei de confrontar com as possibilidades existentes em Portugal. Só depois disso é que poderei falar em termos de resultados. Entretanto, julgo que serão positivos».

Ainda segundo as declarações do tenente-coronel Canto e Castro, esta perspectiva de cooperação tem por objectivo principal, da parte portuguesa, pôr a disposição da Guiné-Bissau as possibilidades que os seus cursos técnico-científicos nas Forças Armadas podem dar, como contributo à formação de quadros civis guineenses.

SAHARA — UM PONTO QUENTE

A questão do Sahara Ocidental, um dos pontos quentes da Cimeira,

Regime indonésio condenado

O Governo da República da Guiné-Bissau, através do seu representante, o ministro Sem Pasta, João Cruz Pinto, no julgamento da Indonésia contra os crimes cometidos no território livre de Timor Leste, pelo Tribunal Permanente dos Povos que se reuniu recentemente em Lisboa, condenou energeticamente esta agressão e considerou que Portugal tem responsabilidade para com o povo maubere.

O camarada Cruz Pinto, que regressou ontem ao país, salientou que a comunidade internacional deve conceder

uma ajuda substancial o povo de Timor Leste e apoiar activamente a Fretilin, seu legítimo representante. Referindo-se à antiga potência colonizadora, o nosso representante observou que «Portugal deve tomar de modo inequívoco toda a responsabilidade que lhe cabe perante a sua antiga colónia da Oceânia, desenvolvendo esforços para que a generalidade dos países isole a Indonésia, enquanto esta não se retirar de Timor Leste».

Aliás, esta foi uma das questões apresentadas pelas delegações

dos governos dos países africanos de expressão oficial portuguesa presentes na sessão do Tribunal dos Povos, que foi presidida pelo categorizado belga François Rigaux.

A posição Indonésia foi exposta pelo filósofo norte-americano Michael Chamberlain, dizendo que «a Indonésia ao entrar no território da antiga colónia portuguesa cumpria a sua obrigação de aliviar os sofrimentos de um povo abandonado por Portugal».

O tribunal culpou a Indonésia do crime de

genocídio e o governo norte-americano de cumplicidade na agressão que as tropas de Suharto realizam naquele território desde 1975.

Como decisão final, foi igualmente assinalado que a «penetração e a manutenção das tropas indonésias no território da República Democrática de Timor Leste é, à luz do Direito Internacional uma agressão proibida, tornando-se a Indonésia culpada de um crime contra a paz internacional».

Moçambique: Seis anos de independência

A República Popular de Moçambique é independente precisamente há seis anos. Quando na madrugada de 25 de Junho de 1975, o Presidente Samora Machel proclamava a Independência Nacional de Moçambique no Estádio da Machava em Maputo, a Direcção da Frelimo, Partido de vanguarda que liderara a vitoriosa Luta de Libertação Nacional reafirmava a palavra de ordem «A Luta Continua».

Tornava-se evidente que a simples proclamação da independência não eliminava automaticamente os mecanismos da exploração do homem e os vestígios das bases em que assentava o sistema de opressão colonialista português.

Neste momento, a

consolidação das conquistas e o aprofundamento da luta política, cultural, económica, social e ideológica constituem a garantia da concretização das novas realizações, para a melhoria das condições de vida do povo moçambicano, e asseguram novos passos na marcha irreversível para a socie-

dade socialista.

Mas para resolver esta tarefa é preciso vencer sérias dificuldades, motivadas antes de mais por razões objectivas, de que se destacam a desigualdade de localização dos principais ramos da economia, o unilateral desenvolvimento dos transportes e da produção de energia herdados do colonialismo, a predominância das formas naturais de economia, a dependência económica em relação aos países capitalistas, e a escassez de quadros qualificados.

A concretização dos planos económicos tem

sido dificultada pelas forças contra-revolucionárias que ainda não depuseram as armas, recorrendo a sabotagem em relação às empresas industriais e às vias de comunicação de grande importância económica, atacando activistas da Frelimo e procurando semear o pânico e a incerteza entre a população.

Por outro lado, a RPM enfrenta uma guerra de agressão imperialista desencadeada pelo regime racista da África do Sul que assume um carácter de permanente desgaste, atra-

vés da destruição de alvos económicos pela soldadesca inimiga. Pretende a reacção interna e externa demonstrar que um regime popular é incapaz de resolver os problemas do seu próprio povo. E pretendem principalmente os reaccionários e os racistas obstar à construção do Moçambique socialista.

A vitória e a independência alcançadas por Moçambique, transformaram-se numa arma indispensável para que no Zimbábue, Namíbia e África do Sul se conseguissem fins nacionais e sociais, para um pros-

seguimento mais eficaz da luta de libertação na África Austral, e para que se consolidassem as forças progressistas na comunidade internacional.

Nos seus seis anos de existência, a RPM ganhou prestígio tanto em África como nos outros continentes. A luta pela paz, contra o imperialismo e o racismo, a aproximação dos países socialistas e a enérgica actividade no âmbito da OUA, da ONU e dos Movimentos dos Não-Alinhados, são as bases da política externa moçambicana.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigo, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem — Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.